

**ATA NÚMERO 72/XII/1ª SL**

**17.julho.2012 – 14h30**

Aos 17 dias do mês de julho de 2012, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 8, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Comunicações do Presidente**

**3. Petição n.º 152/XII/1ª, da iniciativa da Federação Nacional dos Professores-FENPROF, que solicitam a alteração das políticas educativas e maior investimento na Educação- 14h30**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** Acácio Pinto – PS

**4. Proposta de Lei n.º 70/XII/1ª - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.**

- **Discussão na especialidade**

**5. Outros assuntos**

**6. Data da próxima reunião**

**Dia 18.julho.2012 - 10h00**

**Dia 18.julho.2012 - 15h00**

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**2. Comunicações do Presidente**

O Sr. Presidente colocou à consideração dos Deputados uma proposta de grelha para a discussão conjunta da Apreciação Parlamentar n.º 26/XII-1ª, da iniciativa do PCP, e Apreciação Parlamentar n.º 28/XII-1ª, da iniciativa do PS, ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho que “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário”. Trata-se da grelha D, habitualmente utilizada no Plenário, para a discussão das Apreciações Parlamentares, que prevê 3 minutos para cada GP, mais 1 minuto para os autores e para o Governo.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou a sua discordância em relação à utilização de grelha, entendendo que o procedimento deve ser o adotado para a discussão dos projetos de resolução em Comissão, em que não existe grelha.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou importante a utilização de uma grelha, sugerindo que se adote a utilizada no Plenário, dado que a Comissão substituiu o Plenário na discussão das Apreciações.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) propôs o alargamento dos tempos, atribuindo 5 ou 6 minutos a cada grupo parlamentar, entendendo que todos têm a ganhar se dispuserem de mais tempo para a discussão.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) lembrou a decisão tomada por consenso, no sentido de a discussão das Apreciações Parlamentares ocorrer na Comissão, pelo que considerou que a mesma deve ocorrer nos mesmos termos em que decorre no Plenário.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou injusta a adoção da grelha do Plenário, por entender que a Comissão permite, habitualmente, um debate mais aprofundado das matérias, que não se coaduna com a utilização daquela grelha.

O Sr. Presidente propôs uma reflexão sobre este assunto, cuja discussão continuará mais à frente na reunião.

Em relação aos Projetos de Resolução n.ºs 423 e 428/XII, respetivamente, do PCP e do PS, que baixaram à Comissão, foi deliberado que a sua discussão será efetuada em simultâneo com a discussão das Apreciações Parlamentares.

### **3. Petição n.º 152/XII/1ª, da iniciativa da Federação Nacional dos Professores-FENPROF, que solicitam a alteração das políticas educativas e maior investimento na Educação-14h30**

Estiveram presentes, em representação da FENPROF: Mário Nogueira (Secretário-Geral); Vitor Gomes; Anabela Sotaia; Filomena Ventura e Joaquim Páscoa.

O Secretário-Geral da FENPROF referiu-se, em primeiro lugar, à manifestação de professores, realizada no dia 12 de julho, afirmando que foi muito participada.

Apresentou, de seguida, um documento que contém o levantamento, efetuado em 200 escolas, da eliminação de horários e do impacto em “horários zero” e desemprego, considerando que o que está a passar-se é uma vergonha social, resultado das políticas deste Governo. Considerou que contribuem para este problema, designadamente, a criação de mega agrupamentos, o aumento do número de alunos por turma, a revisão da estrutura curricular e as matrizes que dela decorrem, o encerramento dos Centros Novas Oportunidades, a redução de ofertas educativas e as novas regras de organização do ano letivo.

Fez ainda referência à avaliação de desempenho docente, discordando da recente decisão do Governo de pagar 100€ por cada professor avaliado, por entender que este dinheiro faz falta às escolas.

Anunciou ainda que vão avançar com mais ações de luta, por entenderem que o futuro da Educação está posto em causa.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), afirmando que o caminho que o Governo está a seguir valoriza o trabalho das escolas e a sua autonomia. Referiu ainda que o

seu partido está atento às preocupações apresentadas, pese embora reconheça que os dados anunciados serão significativamente alterados até ao final de agosto.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) considerou que os “horários zero” e a redução de professores contratados são o resultado da fórmula deste Ministro e das suas políticas economicistas, nomeadamente: criação de mega agrupamentos, redução da carga letiva da disciplina de Educação Física, extinção da Área de Projeto e Formação Cívica, aumento do número de alunos por turma e muitas outras.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou prematura e alarmista a apresentação destes números, visto que os mesmos serão corrigidos até ao final de agosto. Em relação ao número de alunos por turma, chamou a atenção para o facto de Portugal apresentar uma média inferior à da União Europeia.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou que a propaganda do Governo não encontra paralelo na realidade, dada a adesão de professores à manifestação de 12 de julho. Fez ainda referência às iniciativas levadas a cabo pelo PCP, no sentido da suspensão de vigência da revisão da estrutura curricular. Por último, defendeu que aos professores contratados deve aplicar-se, pelo menos, o regime geral de contratos em funções públicas.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) fez referência à deliberação da Comissão, no sentido de não receber a FENPROF no dia da manifestação, afirmando não se rever nalguns argumentos apresentados. Disse ainda não ter memória de um processo de despedimento coletivo como o que está a ser preparado, fazendo alusão às iniciativas do BE no sentido da suspensão de vigência da revisão da estrutura curricular. Por último, referiu-se à audição do Ministro da Educação e Ciência na Comissão, agendada para o dia 19 de julho, entendendo que a FENPROF deveria estar presente.

O Secretário-Geral da FENPROF afirmou que o Ministério tem noção exata da dimensão do problema, fazendo ainda referência às sucessivas condenações de que tem sido alvo no caso da caducidade dos contratos e ao desrespeito do número de alunos por turma, quando as mesmas integram alunos com necessidades educativas especiais.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

**4. Proposta de Lei n.º 70/XII/1ª** - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.

Continuou-se a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei em causa, encontrando-se presentes deputados de todos os Grupos Parlamentares. Procedeu-se à votação dos artigos 5.º a 15.º. A reunião foi gravada em suporte áudio, que será disponibilizado na base de dados da atividade parlamentar e processo legislativo, na [Proposta de Lei n.º 70/XII](#). Serão igualmente disponibilizados o relatório de votações, o texto final e as propostas de alteração dos vários Grupos Parlamentares.

## 5. Outros assuntos

O Presidente da Comissão retomou a questão da grelha para a discussão conjunta da Apreciação Parlamentar n.º 26/XII-1ª, da iniciativa do PCP, e Apreciação Parlamentar n.º 28/XII-1ª, da iniciativa do PS, ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho que “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos

conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário”.

Os deputados Miguel Tiago (PCP) e Acácio Pinto (PS) requereram oralmente que a grelha para as apreciações parlamentares em causa seja de 5 minutos para as intervenções dos vários Grupos Parlamentares, sendo 6 minutos para os autores e para o Governo. Este requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do PCP e do BE.

A grelha de 3 minutos, sendo 4 minutos para os autores e para o Governo, igual à que vem sendo adotada na discussão das apreciações parlamentares no Plenário, foi aprovada com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e os votos contra do PS, do PCP e do BE.

Foi ainda consensualizado que as apreciações parlamentares na Comissão passarão a ter sempre a grelha de tempos agora aprovada.

#### **6. Data da próxima reunião**

**Dia 18.julho.2012 - 10h00**

**Dia 18.julho.2012 - 15h00**

A reunião foi encerrada às 19:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de julho 2012

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Heloísa Apolónia  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
Ana Oliveira  
Jacinto Serrão  
João Prata  
Laurentino Dias  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria Manuela Tender  
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt  
Inês de Medeiros  
Nilza de Sena

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves